

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Comércio e Indus - Class.: 1515
TV (DCI)

Data: 12/01/90

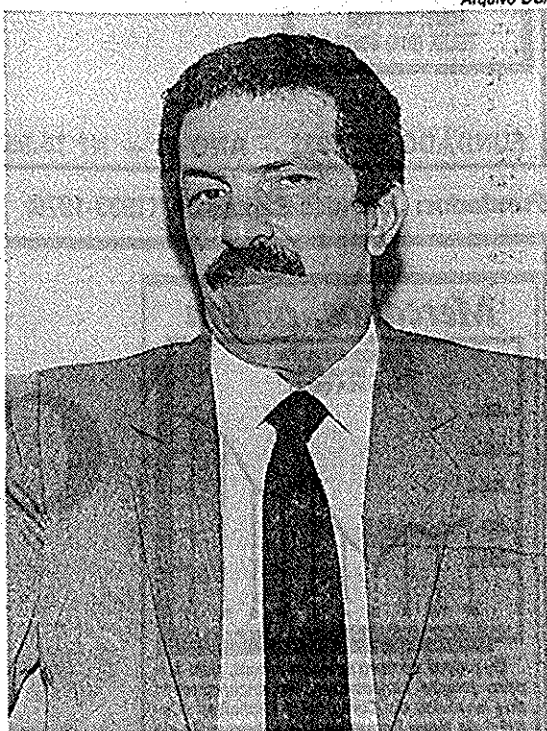
Pg.: _____

Ianomamis. Tuma diz que ¹⁷⁰respeita Justiça.

BRASÍLIA — O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, afirmou ontem, que a liminar concedida pelo Ministério Público exigindo a retirada dos garimpeiros das terras Ianomamis, em Roraima, está sendo rigorosamente cumprida pela Polícia Federal que, em nenhum momento, desobedeceu ou desobedece uma determinação judicial. Segundo o delegado, a operação de retirada está sendo cumprida de acordo com o cronograma previamente elaborado pelos órgãos envolvidos na operação, que prevê o prazo de 30, 60 e 90 dias para a desocupação total da área.

O delegado Romeu Tuma se disse magoado com os termos utilizados pelo procurador da República, Eugênio Aragão, na petição de medida cautelar expedida na noite de anteontem, onde solicita sua prisão em flagrante por desobediência judicial. Ele afirmou que durante toda a sua vida profissional sempre obedeceu e respeitou as decisões judiciais e que os termos utilizados na liminar não condizem com sua condição de autoridade policial. Romeu Tuma garantiu que o procurador Eugênio Aragão saberá, com detalhes, toda sua vida moral e profissional.

De acordo com Romeu Tuma, agir com violência é sempre mais fácil e rápido, mas nem ele nem a sociedade brasileira querem a utilização da violência na operação. "Fui à região para amenizar a tensão na área, não interferi no cronograma da operação. A área será desocupada da forma menos traumática possível, sem violência e garantindo as condições de ser humano de cada um dos garimpeiros", afirmou. Para tanto, a operação foi deflagrada com a ocupa-



Tuma: "Liminar está sendo cumprida pela PF."

ção de aeroportos e pistas de pouso clandestinas e distribuição de panfletos de esclarecimento em toda a selva.

Romeu Tuma esclareceu que não existe acordo entre governo e garimpeiros, e sim idéias e sugestões para buscar uma solução definitiva para a questão. Ele afirmou, ainda, que o decreto presidencial permite a criação de reservas de garimpagem em floresta nacional, acrescentando que cabe ao governo federal mostrar à Justiça a validade da demarcação de áreas garimpeiras na região.

O delegado garantiu que explicará toda a operação à Justiça Federal, por escrito, dentro do prazo estipulado de 72 horas, e que não teme qualquer tipo de punição judicial. "Estou cumprindo a liminar da Justiça e, portanto, só posso ser punido pelo ministro Saulo Ramos ou pelo presidente José Sarney, caso eu não cumpra uma ordem oficial", disse Tuma. (RDB)

Saulo Ramos enaltece Tuma

BRASÍLIA — "A única cadeia a que o doutor Tuma poderá ser levado é uma cadeia de TV." Foi o que disse o ministro da Justiça, Saulo Ramos, ontem, no Palácio do Planalto, sobre notícias divulgadas na imprensa de que o procurador da República, Eugênio Aragão, solicitou à Justiça a prisão do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, caso os garimpeiros não sejam retirados da área Ianomami, em Roraima.

O ministro considera que a ordem judicial está sendo cumprida, uma vez que está sendo feita a retirada dos garimpeiros, que se encontram em situação ilíci-

ta, na área Ianomami. Além disso, ele disse: "Doutor Tuma não descumpra a lei, é uma figura nacional, respeitadíssima. É o homem que melhor aplica a lei neste País, sobretudo as penas."

Sobre o procurador que fez a denúncia, o ministro Saulo Ramos disse que "é muito batalhador, gosta de agilizar processos". Considera ainda que o procurador "está agindo com excesso de zelo". Na semana que vem, o presidente José Sarney vai assinar um decreto definindo áreas passíveis de garimpagem, em Roraima. (RDB)

Bispo defende indígenas

BELO HORIZONTE — O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem, nesta Capital, que é incrível e inaceitável a decisão governamental de transferir os garimpeiros das terras Ianomami em Roraima para terras habitadas por outros indígenas na floresta nacional do mesmo Estado. Dom Luciano afirmou que tentou contatos com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, e com o próprio presidente José Sarney durante toda a noite de quarta-feira passada, para interceder a favor dos indígenas de Roraima, e protestar contra a solução adotada pelo governo, mas não teve sucesso.

"Querem acabar com outra tribo? Faço um apelo à consciência nacional para que resista à destruição das populações", disse dom Luciano em entrevista durante a primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública, na qual discursou para secretários de Segurança de vários Estados, sem tocar no drama vivido em Roraima pelos Ianomami. Ao presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, procurador de Justiça João Benedito Azevedo Mar-

ques, no entanto, dom Luciano pediu que fizesse contato com Romeu Tuma e intermediasse um encontro entre os dois.

Em tom enfático, dom Luciano acusou os garimpeiros, durante a entrevista, de serem covardes ao invadirem as terras de indígenas indefesos. E atacou o governo federal por não fazer cumprir a lei e retirar os garimpeiros das terras Ianomami. O presidente da CNBB lembrou que a Constituição assegura aos índios o direito de sobrevivência e de demarcação das suas terras, sendo da mesma forma inconstitucional a divisão do território indígena de Roraima em 19 áreas. "Temos de levantar todo mundo com voz firme e coesa contra esse crime. Não podemos ser meros espectadores", apelou dom Luciano, explicando que a Igreja Católica convive com os Ianomami há 22 anos em missões que têm como objetivo organizar a aproximação progressiva dos indígenas com a civilização branca, tratar a saúde dos Ianomami e evitar invasões do seu território. "Há muito lugar no Brasil para o garimpo. Os garimpeiros não precisam invadir as terras indígenas", criticou dom Luciano. (AJB)